



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

RESOLUÇÃO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO (CONSUNI)

N.º 14/2011

Dispõe sobre a criação do Comitê de Valorização dos Servidores Técnico-Administrativos da Universidade Federal do Tocantins.

O Egrégio Conselho Universitário (Consuni) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), reunido em sessão extraordinária no dia 1º de setembro de 2011, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a criação e a normativa para o funcionamento do Comitê de Valorização dos Servidores Técnico-Administrativos.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palmas, 26 de outubro de 2011.



Prof. Alan Barbiero

Presidente



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

Anexo à Resolução n.º 14/2011 do Consuni

**NORMATIVA PARA FUNCIONAMENTO DO COMITÊ DE VALORIZAÇÃO DOS
SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS**

CAPÍTULO I
Da Descrição e Vínculo Institucional

Art. 1º O Comitê de Valorização dos Servidores Técnico-Administrativos - com caráter permanente, vinculado à Reitoria - representará os servidores públicos federais da Universidade Federal do Tocantins pertencentes ao Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano da Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PDIPCCTAE).

Art. 2º O Comitê buscará promover um desenvolvimento equilibrado e sustentável por meio de ações que fomentem políticas harmônicas, coordenadas e orientadas para alcançar uma comunhão entre anseios pessoais e as necessidades institucionais. Será constituído como seção integrante da estrutura organizacional da universidade, referencial para o constante aprimoramento das políticas funcionais e humanas, relacionadas aos servidores técnico-administrativos.

Art. 3º Proporá que as relações de trabalho sejam atualizadas e adequadas em consonância com as necessidades da universidade, respeito às potencialidades humanas e realidades locais, aproveitando suas habilidades, competências e afinidades.

Art. 4º Seu perfil de atuação se relacionará diretamente às demandas funcionais dos referidos servidores, distribuídos entre *Campus* e Reitoria, na orientação em trâmites administrativos, discussão e aplicabilidade acerca das normativas institucionais e federais, bem como oferecer suporte à atuação dos representantes eleitos das Comissões e Conselhos constituídos.

Art. 5º O Comitê de Valorização dos Servidores Técnico-Administrativos poderá convidar membros da comunidade acadêmica para prestar esclarecimentos, consultas ou pareceres preliminares sobre assuntos que digam respeito ao seu âmbito de atuação.

Art. 6º Para execução das atividades será constituído um Comitê Central e Comitês Setoriais que contará com infraestrutura apropriada para execução das reuniões semanais, disponibilizada pelo Reitor e Diretores de *Campus*.

CAPÍTULO II

Da Composição

Art. 7º Comporão o Comitê de Valorização dos Servidores Técnico-Administrativos:

I - Um Comitê Central com 2 (dois) servidores indicados por assembleia, mediada pelo Sindicato dos Técnico-Administrativos (SINTAD), e 2 (dois) servidores indicados pelo Reitor, para permanência durante 1 (um) ano;

II - 07 (sete) Comitês Setoriais, estabelecidos nos *Campus*, com até 2 (dois) servidores indicados por assembleia, mediada pelo SINTAD, e até 2 (dois) indicados pelo Diretor de *Campus*, para mandato de 1 (um) ano;

III - 01 (um) Comitê Setorial, estabelecido na Reitoria, com até 2 (dois) servidores indicado por assembleia, mediada pelo SINTAD, e até 2 (dois) indicados pelo Reitor, para mandato de 1 (um) ano.

§1º. O Comitê Central coordenará estratégias que possam ser implementadas e disseminadas em âmbito institucional, com o papel de orientação às representações setoriais.

§2º. Os Comitês Setoriais atuarão como instância propositiva de ações à gestão, em âmbito local, direcionando-as ao Comitê Central para publicização e/ou encaminhamentos pertinentes.

§3º. Os componentes disporão de, no mínimo, um turno semanal para desempenho de suas atividades. As reuniões deverão ocorrer simultaneamente, de maneira a garantir comunicação entre os Comitês. As chefias imediatas serão informadas previamente, quando os componentes forem destacados para os encontros.

CAPÍTULO III

Das Diretrizes

Art. 8º O Comitê de Valorização dos Servidores Técnico-Administrativos terá como diretrizes:

I - Zelar pelo cumprimento do artigo 3º da Lei 11091/2006, ao sistematizar os parâmetros da Gestão por Competências aludidas pelo PDIPCCTAE:

“Art. 3º A gestão dos cargos do Plano de Carreira observará os seguintes princípios e diretrizes:

I - Natureza do processo educativo, função social e objetivos do Sistema Federal de Ensino;

II - Dinâmica dos processos de pesquisa, de ensino, de extensão e de administração, e as competências específicas decorrentes;

III - Qualidade do processo de trabalho;

IV - Reconhecimento do saber não instituído resultante da atuação profissional na dinâmica de ensino, de pesquisa e de extensão;

V - Vinculação ao planejamento estratégico e ao desenvolvimento organizacional das instituições;

VI - Investidura em cada cargo condicionada à aprovação em concurso público;

VII - Desenvolvimento do servidor vinculado aos objetivos institucionais;

VIII - Garantia de programas de capacitação que contemplem a formação específica e a geral, nesta incluída a educação formal;

IX - Avaliação do desempenho funcional dos servidores, como processo pedagógico, realizada mediante critérios objetivos decorrentes das metas institucionais, referenciada no caráter coletivo do trabalho e nas expectativas dos usuários; e

X - Oportunidade de acesso às atividades de direção, assessoramento, chefia, coordenação e assistência, respeitadas as normas específicas.”

II - Observar e fazer observar o cumprimento do PDIPCCTAE e fomentar sua atualização, de forma participativa;

III - Atuar como Comissão Interna de Supervisão, nos termos da Portaria nº 2.519, de 15 de julho de 2005;

IV – Promover ações para o cumprimento do disposto no artigo 4º, da Lei 11091/2005, no concernente à avaliação institucional anual para “adequação do quadro de pessoal às suas necessidades, propondo ao Ministério da Educação, se for o caso, o seu redimensionamento”, considerando as variáveis:

Variáveis (incisos do art. 4º, Lei 11.091/2005)	Ações
Demandas institucionais e proporção entre os quantitativos da força de trabalho do Plano de Carreira e usuários.	Analisar a relação discente/técnico-administrativo/docente apresentada pelos relatórios e avaliações institucionais, buscando um equacionamento adequado às demandas diagnosticadas;
Inovações tecnológicas	Propor, considerando os apontamentos do usuário/executor, a implementação de tecnologias que permitam a automatização e racionalização de rotinas acadêmicas e administrativas.
Modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição	Racionalizar os processos, buscando a otimização e eficiência do atendimento ao público e cumprimento das exigências ordinárias ao funcionamento da Universidade.

V – Definir parâmetros consistentes de avaliação e acompanhamento, bem como condições para expansão do turno contínuo na Universidade;

VI - Promover a intercomunicação entre Pró-Reitorias, Diretorias e Coordenações, no sentido de ações voltadas à valorização do servidor técnico-administrativo;

VII - Propor políticas de reconhecimento e valorização das contribuições dos servidores técnico-administrativos à universidade, que enfatizem:

- a) a contribuição e participação efetiva em comissões, comitês, núcleos e afins;
- b) a representação em Conselhos;
- c) a capacitação e qualificação, excetuadas as utilizadas para fins de progressão;
- d) o nível de responsabilidade assumido pelo servidor;

e) a organização e participação em fóruns, seminários, palestras e eventos científicos/culturais da universidade;

f) a publicação em eventos, revistas e semelhantes, associados à universidade;

g) a atuação como instrutor de projeto de capacitação pelo Programa Servidor Multiplicador;

h) as premiações, inventos ou trabalhos com aplicabilidade na universidade;

i) outros itens que reconheçam o mérito de contribuições relevantes à universidade.

VIII - Instituir incentivos funcionais, além daqueles já previstos no PCCTAE, como prêmios pela apresentação de ideias, inventos, trabalhos com aplicabilidade na universidade, que favoreçam o aumento de produtividade e a redução dos custos operacionais, bem como reconhecimento da histórica dedicação à instituição (previsão: Lei 8112/90, art. 237);

IX - Incentivar e fomentar campanhas de solidariedade, urbanidade e sustentabilidade, no âmbito da comunidade acadêmica;

X - Acompanhar a efetividade das ações e contribuir na criação/implementação de programas e projetos de capacitação e qualificação (graduação, Pós-graduação *lato sensu*, *strictu sensu*);

XI - Atuar como instância consultiva às demandas, representações e projetos de interesse dos técnicos administrativos que serão submetidos aos órgãos colegiados, bem como acompanhar o cumprimento de suas normativas e resoluções.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palmas, 26 de outubro de 2011.